

E as outras raparigas?

Alguns dos jornais de Lisboa, protestaram esta semana, em tom enérgico e decidido, contra a ameaça, da parte do Ministério da Educação Nacional, de se levantar de novo o problema da coeducação dos sexos. O gabinete do Ministro esclareceu a opinião pública de que não se pensava, naquele departamento do Estado, em semelhante coisa. E a opinião pública, que se tinha manifestado por intermédio dos jornais, acalmou-se com o comunicado oficial publicado precisamente a tempo e horas.

Os problemas educativos, que não têm sido bastante estudados entre nós, são de si mesmo melindrosos. Uma coisa parece, no entanto, estar já assente, isto é, a de ser um erro das mais graves consequências ministrar o mesmo ensino e educação aos rapazes e raparigas. Contra a natureza nada pode nem o esforço nem o engenho humanos. E a natureza marcou bem claramente a distinção dos sexos e a diferenciação das funções de cada um. A mulher tem de ser educada para mulher, em plena igualdade de direitos com o homem, é certo, mas não pode nem deve ser masculinizada, pois nunca passará então de um «homem falhado». O movimento feminista de perfeita equiparação da mulher ao homem, tão arrogante no século passado, está hoje destruído praticamente pela ciência, restando apenas, nos sectores do comunismo ateu, a tendência, não para a coeducação, mas para a liberdade, ou melhor, licença dos costumes. Todo o problema da coeducação assume hoje, portanto, o aspecto muito especial de reivindicação dos chamados direitos sexuais. Muito bem fizeram, por consequência os jornais em protestar energicamente contra a tentativa de levantar outra vez o problema.

Trata-se de defender a honra, a virtude, a dignidade das raparigas que frequentam o ensino médio, tanto oficial como particular. Trata-se, ainda mais do que isso, de defender a honestidade e a segurança da Família.

Todos os esforços tendentes a garantir, na Pátria, a estabilidade familiar, são, com é obvio, dignos dos maiores elogios e do mais completo apoio. Destas colunas, queremos juntar a nossa à voz comum de quantos acreditam, não só na possibilidade da virtude, mas também e sobretudo na sua enorme superioridade sobre o vício.

Mas não podemos deixar de lastimar que o coro de protestos, em boa hora erguidos, em defesa da honestidade das raparigas que passam a sua mocidade nos bancos das escolas, não se erga também em defesa daquelas outras raparigas, portuguesas como as primeiras, que passam a sua mocidade na corrupção de algumas fábricas, oficinas e escritórios.

Não aqui coeducação, porque ordinariamente ninguém pensa nos seus direitos intelectuais e morais. Não há escolas, não há cursos de formação, não há sequer aprendizagem. Mas há, infelizmente, escolas abundantes de depravação moral, onde abundam os mestres e os discípulos.

O que se passa, neste campo, em muitas fábricas e escritórios, não pode descrever-se. Ser operária de fábrica, em certas regiões fabris, corresponde a ser inapta para a constituição de um lar honesto. Ir pedir um emprego a muitos escritórios, o mesmo é que vender a sua dignidade e a sua honra. Para grande parte destas raparigas, as condições de promiscuidade nas fábricas e escritórios, e as exigências criminosas que lhes fazem são de tal ordem que não lhes resta para escolher senão um dos dois caminhos: ou a miséria ou a prostituição.

As raparigas, futuras mães dos portugueses de amanhã, mereciam a defesa que se lhes não dá. Nem as leis, nem os costumes, nem a Imprensa, nem sequer os

moralistas, que tanto se inquietam com a desmoralização dos costumes, mas que não se preocupam com as coisas profundas dessa desmoralização.

Para defender 27.918 raparigas, que tantas são as que a estatística relativa a 1944, acusa nos bancos dos liceus, colégios e escolas comerciais e industriais, levanta-se, e muito bem uma questão nacional.

Para defesa das 92.760 raparigas com menos de 19 anos e das outras 91.997, entre os 20 e 29 anos, cuja honra periga todos os dias em alguns desses centros de desmoralização não há uma voz que se levante!

A saúde moral e o prestígio da Nação bem reclamam dos jornais e do Governo uma acção decisiva e enérgica em favor da moralização e da dignificação do trabalho. As operárias e as empregadas precisam, tanto ou mais do que as estudantes, do cuidado atento e da protecção de quantos se preocupam pelo futuro da Pátria.

ABEL VARZIM